

A nacionalização do ensino na colônia Neu-Württemberg, noroeste do Rio Grande do Sul, durante o Estado Novo (1937-1945)

The nationalization of education in Neu-Württemberg colony, northwestern of Rio Grande do Sul, during the Estado Novo (1937-1945)

Rosane Marcia Neumann*
rosaneneumann@gmail.com

Resumo: Objetiva-se estudar os reflexos provocados pela campanha de nacionalização no cotidiano das escolas comunitárias, mantidas pelas famílias alemãs e seus descendentes, na colônia particular Neu-Württemberg (Panambi), localizada no noroeste do Rio Grande do Sul. Destacar-se-á, nesse contexto, as implicações decorrentes da política nacionalista adotada pelo Estado Novo (1937-45), a qual proclamava o emprego da língua portuguesa como oficial, proibindo a utilização de línguas estrangeiras, como a alemã, e a atuação de professores não nacionais. Essa medida acarretaria, dentre outros problemas, o fechamento de estabelecimentos escolares, como o Colégio Elsenau, principal centro germanista local, resistente a essa política, e a transferência de seus alunos para a rede pública, onde o Estado, por sua vez, se encarregaria da difusão de um discurso de nacionalização que objetivava incutir nesses indivíduos considerados enquistados um sentimento de brasilidade.

Palavras-chave: nacionalização, ensino, Neu-Württemberg, Colégio Elsenau

Abstract: *This study focuses on the reflections caused by the nationalization campaign in the daily lives of community schools, maintained by the German families and their descendants, in particular colony Neu-Württemberg (Panambi), located in the northwest of Rio Grande do Sul. Standing out will, in this context, the implications of the nationalist policy of the New State (1937-45), which proclaimed the use of Portuguese as official, prohibiting the use of foreign languages such as German, and the role of non-national teachers. This measure would entail, among other problems, the closing of schools such as the College Elsenau, the main center location germanista, resistant to this policy, and the transfer of their students for the public, where the state, in turn, would be responsible the diffusion of a nationalization of discourse aimed to instill in those individuals considered encysted a sense of Brazilianness.*

Keywords: *nationalization, education, Neu-Württemberg, Elsenau College*

*Professora no Programa de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, na linha de pesquisa Espaço, Economia e Sociedade.

A educação foi uma das formas empregadas para a formação da nacionalidade das populações – especialmente entre 1880 e 1914 – levando todos a se ligarem a uma bandeira e a uma nação¹⁰. Ou seja, o indivíduo passa a pertencer a uma nação, devendo agir de acordo com os princípios da mesma – do contrário, é considerado um apátrida. Esse crescente nacionalismo aumentou a diferença entre o “eles” e o “nós”, possibilitando sua manipulação, por exemplo, pelos movimentos racistas ao pregarem a superioridade nacional. Os Estados usaram de toda sua maquinaria de comunicação para difundir e inculcar, principalmente nas escolas primárias, a imagem e herança da “nação”, criando ou inventando tradições, levando à adesão a esse modelo. Os símbolos maiores dos países, proclamando sua identidade e soberania, passam a ser a Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais. Por isso, eles exigem um respeito e uma lealdade imediata, revelando todo o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação (HOBSBAWM, 1997). Esses símbolos, aliados a desfiles, cerimônias e outros atos públicos, foram incorporados ao imaginário nacional, como parte integrante e formadora da nação. Ofender um deles significa ultrajar toda a nação. A identificação do Estado com a nação era arriscada, pois implicava na homogeneização e padronização de seus habitantes, com a assimilação das minorias nacionais. Para os ideólogos do nacionalismo, a língua era a alma da nação e o critério crucial da nacionalidade. No período de 1870 a 1918, a maioria dos movimentos nacionalistas destacava o elemento linguístico e/ou étnico, que era algo novo (cf. BARTH, 1998).

A repressão, via educação, foi a maneira mais efetiva e produtiva, a longo prazo, da campanha de nacionalização¹ do governo de Getúlio Vargas, anunciada e efetivada a partir de 1937, com o Estado Novo. Por intermédio das escolas, atingiram-se as crianças, tanto nas áreas coloniais como urbanas. Objetiva-se analisar os reflexos provocados pela campanha de nacionalização no cotidiano das escolas comunitárias, mantidas pelas famílias alemãs e seus descendentes, na colônia particular Neu-Württemberg, atual município de Panambi, localizada no noroeste do Rio Grande do Sul, implicando em seu fechamento e na obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa. Como fontes de pesquisa, trabalha-se com a documentação da Sociedade Escolar e da imprensa da época, especialmente o jornal *Correio do Povo*.

Com a política de nacionalização, o Estado Novo objetivava superar dois obstáculos: a sobrevivência de uma prática regionalista e a presença de núcleos estrangeiros nas zonas de colonização. A primeira dificuldade deveria ser resolvida pelo Estado com a padronização do ensino e unidade de material didático, programas, etc. A segunda, exigira medidas mais enérgicas, visando homogeneizar a população, através do projeto de nacionalização do ensino, ou seja, o “abrasileiramento” do ensino. Dentre seus idealizadores mais atuantes, figuravam Getúlio Vargas e seus secretários, da Secretaria de Educação, Gustavo Capanema, da Secretaria de Justiça, Francisco Campos, e garantindo a ordem e respeito às determinações, a Chefia de Polícia, com Filinto Müller.

¹“Uma das frentes defendidas pelo Regime era a nacionalização que, por sua vez, consistia na incorporação dos considerados “estrangeiros” ou “desnacionalizados” ao meio nacional. Em sua essência, a fronteira entre o “ser nacional” e o “ser estrangeiro” era determinada pelo conhecimento e pelo domínio da língua portuguesa. A resolução desse problema atendia ao seu objetivo de construir uma Nação brasileira una, coesa, que cultuasse as mesmas tradições, falasse a mesma língua, respeitasse a mesma bandeira. Partia do princípio de que o Brasil constituía um Estado sem nação consolidada, inexistindo em sua população um sentimento de pertença, o qual deveria ser construído ou “despertado”. A nacionalidade gera no conjunto de seus membros um sentimento de inclusão o qual distingue o “nós” dos “outros”, os de dentro dos de fora, os nacionais dos estrangeiros. Internamente, o “outro” surgia na figura do imigrante e, por extensão, em seus descendentes”. (NEUMANN, 2003, p. 9-10).

O Estado Novo manifestava uma preocupação especial com o jovem, no qual apostava e contava como um aliado para a continuação e reprodução das diretrizes gerais do regime, atribuindo-lhe papel de destaque na edificação de uma nacionalidade brasileira. Nas festividades e recepções oficiais, ele assumira um lugar central (PAULO, 1987).

Reforçando esse pensamento, um nacionalista enfatizava que interessavam “principalmente, os ensinamentos pré-primário, primário e normal rural, porque, nos dois primeiros, existe a possibilidade de ser facilitada a ação psicológica da nacionalização pela idade dos educandos, que os torna incapazes de resistirem às sugestões do mestre” (CAMARA, 1941, p. 102). Vislumbrava a escola como local primordial de ação direta dos nacionalizadores, visto ser o lar privado e a igreja escapar ao seu controle. Outro campo de ação foi o Exército, conjugado com os grupos de Tiro de Guerra e a Liga de Defesa Nacional.

No ponto que concerne à nacionalização do ensino, o Rio Grande do Sul adotou medidas consideradas pelo governo como efetivas para resolver a questão. Coelho de Souza, titular da Secretaria de Educação e Saúde², juntamente com Daltro Filho, interventor federal, adotavam medidas consideradas necessárias e urgentes para sanar o ambiente de desnacionalização e romper os quistos étnicos alemães. A situação mais alarmante, segundo eles, representava a educação primária dos núcleos coloniais, problema este recorrente também em outras regiões do país.

Numa manifestação pública, Daltro Filho afirmou:

orientar-se de maneira que a escola tenha como principal objetivo formar o cidadão no sentido estritamente brasileiro. E no Rio Grande este problema não é fácil, porque nem só o governo italiano, como principalmente o alemão, mantém pelo que estou informado, escolas e professores mantidos com o dinheiro italiano e alemão, para darem aos colonos respectivos educação/alemã no sentimento e língua desses países. Estou estudando a questão para reorganizar o ensino primário no Rio Grande com sutileza que me leva [leve] sem choque a cortar de uma vez esse abuso, esse perigo e essa desgraça (SILVA BASTOS, 1994a, p. 50-51)

Engendrava-se, nesse aspecto, a nacionalização do ensino, levada avante como a bandeira do governo estadual. Na sua efetivação, o conhecimento empírico das áreas coloniais tornara-se essencial. Ao regressar de uma dessas viagens, um funcionário da Secretaria da Educação, interpelado pela imprensa, reclamara: “senti-me estrangeiro em minha própria terra”.³

A reorganização do ensino primário não comprometeria, teoricamente, a estrutura funcional dos estabelecimentos de ensino confessionais/étnicos. Porém, a conjunção de vários fatores, como o panorama externo—com o reerguimento da Alemanha e a expansão nazifascista—, o autoritarismo crescente do Estado Novo, requereriam atitudes e resultados imediatos (cf. GERTZ, 1991; QUADROS, 2014).

Daltro Filho faleceria antes de ver seu plano posto em prática. Seu sucessor, Cordeiro de Farias, prosseguiu o projeto maior, emitindo medidas decisivas e de grande impacto. Em um dos relatórios produzidos, Coelho de Souza acentuara que a ação do governo transcorria em dois planos distintos, mas interdependentes.

² A Secretaria de Educação e Saúde foi desmembrada em 1940, abrigando, então, apenas Secretaria de Educação. A ação política de Coelho de Souza perpassou praticamente todo o período do Estado Novo, visto que foi nomeado pelo interventor Daltro Filho, em 21 de outubro de 1937, mantido pelos interventores Cordeiro de Farias e Ernesto Dornelles, deixando o cargo em 25 de abril de 1945 (cf. NEUMANN (2003); PETRY (2003); PETRY; NEUMANN (2005)).

³ Relatório apresentado ao Exmo. Sr. J. P. Coelho de Souza d.d. Secretário da Educação e Saúde Pública pelo diretor da seção administrativa, encarregado dos serviços atinentes a nacionalização do ensino [Nei Brito]. 1938, p. 7. Maço 17, Caixa 8, lata 524, Instrução Pública, AHRs. Ver também Diário de Notícias, 14/ago./1938, n.º 143, p. 8.

Um, repressivo, através de uma organização policial, ativa e eficiente, que destruiu os núcleos de feição política, afastou os agentes perturbadores, clareando o campo social (...). Outro plano de ação assumia um caráter curativo – realizou-se, através do nosso aparelhamento educacional, reconquistando o elemento humano transviado pela propaganda e trabalhado por uma língua e uma tradição alienígena.⁴

Quando os métodos curativos não surtiam o efeito esperado, apelava-se para os repressivos. Coelho de Souza justificava a adoção de medidas drásticas em final de 1938. Segundo ele, nas regiões coloniais germânicas, desrespeitavam-se as leis mais flexíveis: as aulas em língua alemã, permitidas em uma hora por turno, acabavam estendendo-se por todo turno de trabalho, fraudando as autoridades de todas as maneiras. O decreto-lei federal n. 406, de 4 de maio de 1938⁵, determinava o ensino de qualquer matéria, em todas as escolas rurais do país, fosse ministrado em língua portuguesa, “sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas”. Proibira-se o ensino de idioma estrangeiro a menores de quatorze anos, e o uso obrigatório no ensino primário de livros em vernáculo. A regência dos educandários caberia sempre a brasileiros natos. O controle e fiscalização no sentido do cumprimento dessas leis ficara a cargo da polícia, ampliando seu poder (LEX, 1938, p. 172).

Coelho de Souza acresce que as medidas de repressão, das quais a Secretaria lançara mão, como a

substituição de diretores, fechamento de algumas escolas, vigilância cerrada com o intuito de intimidar, não conseguiram romper a resistência do elemento alemão/de origem. Daí que “cansado da má fé e do desrespeito sistemático, o Governo do Estado baixou, em 12 de dezembro de 1938, o decreto que tomou o número 7614, que aboliu as anteriores concessões e que criou o regime severo, estatuído nos seus artigos”.⁶

Entretanto, defende que apesar da face repressiva, não havia a pretensão de destruir o que existia, ou seja, o sistema de educação particular e confessional, mantido pelos alemães/descendentes, mas sim, integrá-los ao meio nacional, numa demonstração legítima de brasilidade (C.S. 13, abr.1938, p. 1). Seguindo esses propósitos, a Secretaria empenhava-se na criação do maior número possível de unidades escolares públicas na região colonial, bem como o aperfeiçoamento daquele aparelho escolar, e a nacionalização dos estabelecimentos do ensino particular.⁷

A política varguista como um todo, e a nacionalização do ensino, levada ao extremo pela interventoria gaúcha, em particular, atendia os anseios de Cruz Alta, no noroeste do Estado, na solução da situação incômoda que representava Neu-Württemberg. Já para a colônia, predominantemente germânica, representara uma fase complicada e de desestruturação.

As primeiras famílias (i)migrantes de Neu-Württemberg principiaram a construção da primeira

⁴Relatório apresentado ao Exmo Snr. General Osvaldo Cordeiro de Farias Interventor Federal do Rio Grande do Sul pelo Dr. J. P. Coelho de Souza – Secretário da Educação e Cultura. Relativo ao período administrativo 21/10/37 a 31/12/42. Porto Alegre, maio de 1943, p. 8. SES-3-002, AHRS.

⁵O primeiro decreto-lei, n. 383, apesar de seu texto provocar mudanças profundas, abria várias brechas que amenizavam seus pontos mais radicais. O decreto-lei n° 868, de 18 de novembro de 1938, criava a Comissão Nacional de Ensino Primário, estabelecendo entre as suas atribuições a de nacionalização do ensino nos núcleos estrangeiros e, o de n° 948, de 13 de dezembro de 1938, a qual atribuía ao Conselho de Imigração e Colonização a tarefa de nacionalizar os filhos de estrangeiros. (cf. BOMENY, 1999).

⁶Relatório apresentado ao Exmo Snr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias Interventor Federal do Rio Grande do Sul pelo Dr. J. P. Coelho de Souza – Secretário da Educação e Saúde Pública. 1940 (21/10/37 a 31/12/39), p. 92. Pasta AZ, SES-3-001 -Relatórios Secretarias / Secretaria de Educação e Cultura, AHRS.

⁷Relatório apresentado ao Exmo Snr. General Osvaldo Cordeiro de Farias Interventor Federal do Rio Grande do Sul pelo Dr. J. P. Coelho de Souza – Secretário da Educação e Cultura. Relativo ao período administrativo 21/10/37 a 31/12/42. Porto Alegre, maio de 1943, p. 49. SES-3-002, AHRS. O número de professores crescia proporcionalmente ao de escolas. Assim, em 1937, os professores estaduais eram 2691; atingindo em 1939, 4000. O afluxo de alunos às escolas públicas estaduais e municipais também sofrera um considerável crescimento: cinco anos antes, eram pouco mais de cem mil, contando em 39 com 300 mil. No Rio Grande funcionavam 351 grupos escolares de 800 escolas isoladas e escolas reunidas mantidas pelo Estado (C.P., 05/ jul./1939, n° 156, p.18).

escola, fundada oficialmente em 14 de maio de 1903: *StadplatzschuleElsenau* ou *Deutsche SchuleElsenau*. Mantida pela Empresa Colonizadora Meyer, a qual doara a área a ser construída e fornecia recursos financeiros, e pelos próprios colonos, congregados na Sociedade Escolar Elsenau. Como professores, atuava o casal Hermann e Maria Faulhaber. Em 25 de agosto de 1927, a Sociedade Escolar transformou-se em *FaulhaberStiftung*.

Logo surgiram ramificações da *Stadplatzschule* nas linhas coloniais.⁸ A Empresa Colonizadora, na pessoa do editor Dr. Hermann Meyer, fornecia a maior parte do material didático. Outra parte advinha das relações mantidas pelo professor Hermann Faulhaber com diferentes entidades. Era sócio e correspondia-se com a *DeutschenEvangelischenLehrervereins* do Rio Grande do Sul.⁹ Igualmente, há correspondências, desde o início da Sociedade Escolar até 1924, com a *Vereinfür das DeutschtumimAusland (Allg. DeutscherSchulverein) Ortsgruppe Hamburg*, da qual, entre outros, adquiria livros didáticos.¹⁰

Seu perfil seguia o dos habitantes, ou seja, germânico. Ao mesmo tempo em que excluía os poucos lusos que ali viviam, despertava uma profunda admiração, como reverenciara Minoly Gomes de Amorim:

a escola alemã, que funciona em edifício próprio, sob direção do ilustrado pastor Mertz, é montada a capricho, com todos os elementos para completa difusão do ensino teórico e prático, tendo uma

biblioteca composta de 3000 volumes. É custeada pela direção da colônia e nela estão matriculados mais de 100 alunos. (JORNAL INDEPENDENTE, 17 out. 1909, Álbum de recortes...)

Contudo, o acesso à educação era restrito. Nem todos os colonos dispunham de condições financeiras para manter os filhos em uma escola particular. Essa situação mostrava-se mais crítica em relação às famílias mais numerosas e aos recém (i)migrados. Por outro lado, excluía-se os luso-brasileiros tanto econômica quanto linguisticamente. Atendendo a essas peculiaridades, em fevereiro de 1906, a municipalidade de Cruz Alta instalava uma escola pública na área central da colônia, nomeando como professor o Capitão republicano Minoly Gomes de Amorim.¹¹

No entanto, a escola pública gerava certo descontentamento e apreensão entre a ala mais germanista dos alemães/de origem. Representava, na sua concepção, uma ameaça concreta à manutenção da germanidade/língua alemã. Em maio de 1906, o administrador da Colonizadora, Alfred Bornmüller, em uma carta dirigida ao Dr. Hermann Meyer, chamava atenção ao fato de que o professor público dominava precariamente a língua alemã. Considerava que o seu domínio seria mais proveitoso para trabalhar com crianças alemãs ou de origem. Do contrário, fatalmente as crianças se “perderiam” no português (aprenderiam a língua portuguesa e não a alemã), o que não podiam impedir, dado que se encontravam no Brasil.¹² Posteriormente, outro cidadão debatera-se sob o mesmo ponto: lembrava que

⁸ Integravam a Sociedade Escolar, além da *Stadplatzschule*, as escolas do interior: *Magdalena Schule* (1912), *WeisbrodtSchule*, Escola da Linha Rincão Frente.

⁹ Cartas *DeutschenEvangelischenLehrervereins* do Rio Grande do Sul. Pasta 7, Caixa 46, MAHP.

¹⁰ “*Vereinfür das DeutschtumimAusland*” (Sociedade para os Alemães no Exterior). Conforme o estudo de Paiva (1987, p. 14), o núcleo inicial dessa associação germanista surgiu em Viena, na Segunda metade do século XIX. Já a seção VDA-hamburguesa estruturou-se em 1904, propondo-se a apoiar as escolas de língua alemã localizadas fora da Europa, e o sul do Brasil tornara-se seu principal campo de ação. As escolas de língua alemã eram encaradas não somente como um meio de evitar a “Entdeutschung” (desalemanização) dos jovens de ascendência alemã residentes no exterior, mas também como instrumentos do comércio externo alemão.

¹¹ Nos momentos em que se afastava do magistério para assumir outros cargos públicos, nomeavam-se outros professores. Uma notícia de jornal, em 1913, dava conta da nomeação do republicano RandolarGermany, em substituição a Minoly. O mesmo faleceria pouco tempo depois, em maio de 1915. (Jornal Cruz Alta – 1913, Álbum de recortes...).

¹² Ensino público em Neu-Württemberg. Livro copiativo 04/41 (traduzido, avulso). Alfred Bornmüller a Herrmann Meyer, 17/05/1906. Pasta 4, Caixa 56, MAHP.

desde fevereiro havia localmente uma escola pública nacional, sem ônus aos seus alunos. Mas, tinha por objetivo a assimilação dos colonos através do desconhecimento do *deushtum*, oferecendo-lhes em troca o conhecimento em/do português.¹³ Conforme Paiva (1987), a escola de língua alemã retardaria a assimilação cultural. Sem ela, rapidamente o imigrante perdia sua cultura ancestral.

Segundo Willems (1940, p. 7-8), a assimilação constitui-se em “um processo social e cultural que envolve, de um lado, a fusão de heranças culturais e, de outro lado, a modificação de sentimentos e atitudes e a incorporação gradativa dos estrangeiros na cultura do grupo.” Para isso, torna-se necessário haver contato e comunicação entre os grupos. Parte desse processo seria inevitável, iniciando no momento do desembarque em solo estrangeiro, podendo ser acelerado ou retardado via medidas formais ou oficiais, como a política de nacionalização varguista, mas jamais parado. Trata-se de um movimento bilateral, provocando mudanças em ambos os lados. Assim, continua o autor, a “assimilação pode ser definida como mudança da personalidade realizada pela substituição de combinações de atitudes e valores, que vêm a integrar o indivíduo em uma sociedade culturalmente diferente” (WILLEMS, 1940, p. 7-8). Ela implicará na seleção de certos dados dos grupos adventícios e a eliminação de outros, abrangendo caracteres transmitidos pelo convívio e pela educação, apresentando-se sempre incompleta, mas viável em todas as culturas, mesmo precedida de vários conflitos oriundos do confronto de certo número de padrões culturais. Esse processo, geralmente, mostrava-se mais lento nos núcleos rurais e mais acelerados nos urbanos, também

variando conforme os grupos religiosos e classes sociais. A dificuldade básica que se opunha à assimilação residia no sentimento de lealdade que prendia o imigrante à cultura do seu grupo, estimulado pelo constante fluxo imigratório.

Em meio a essas prevenções, incrustadas no imaginário local, a *Stadtplatzschule* – como nas escolas da zona rural—incluía em seu currículo a disciplina de língua portuguesa,

classe esta afeta ao digno diretor sr. Faulhaber, que mostra-se assim interessado pelo desenvolvimento da instrução, entre os filhos de seus subordinados, despertando-lhes o amor pela nossa língua e conseqüentemente (sic) pela nossa grande Pátria. (JORNAL INDEPENDENTE, 17 out. 1909, Álbum de recortes...)

Três anos depois, relatando os resultados dos exames aplicados nas escolas de língua alemã de Neu-Württemberg, reforçava-se a posição de que o ensino da língua portuguesa não era descurado, ao que era testado pelo conhecimento das crianças (Cruz Alta, 09 out. 1912, Álbum de recortes...)¹⁴

Pelo material pesquisado, percebe-se um redimensionamento sutil do ensino após a morte (1926) do pastor e professor Hermann Faulhaber, bem como a decadência e futura falência da Empresa Colonizadora, retirando seu apoio financeiro junto a escola. Conseqüentemente, registrara-se uma elevação das mensalidades cobradas dos alunos e a busca de recursos junto a instituições da Alemanha (mas não diretamente do governo alemão). Interinamente, Maria Faulhaber permanecera à frente do educandário, sucedendo-a vários professores—alemães natos—até o final da década de 30.

¹³ Ensino público em Neu-Württemberg. Livro copiativo 17/149 (traduzido, avulso). Johann Heinrich a AllgemeinerDeutscherSchulverein, 28/05/1906. Pasta 4, Caixa 56, MAHP.

¹⁴ Em uma carta, dirigida a “Lehrervereins”, datando de 17 de junho de 1924, Faulhaber dava conta de que foi encontrado um professor de português para a escola Stadtplatzschule, porque o professor Krahe, que lecionava essa disciplina, havia deixado a escola. O referido(a) professor(a) deveria conhecer tão bem o português como o alemão (carta de 6/6/1924). Cartas à DeutschenEvangelischenLehrervereins do Rio Grande do Sul. Pasta 7, Caixa 46, MAHP.

A linha de ação de Hermann Faulhaber converge com a de outros intelectuais de sua época. Embora partidário do germanismo, não via problema nenhum em ensinar/aprender a língua portuguesa, cuidando disso pessoalmente e, posteriormente, contratando luso-brasileiros para lecionar essa disciplina. Depois de 1926, o germanismo ressurgiria com mais força, propagado pelos próprios professores advindos, em sua quase totalidade, da Alemanha pós-I Guerra. Oficialmente, permanecia no currículo o ensino de português, mas dependia da disponibilidade de professor.

Sua clientela restringia-se aos filhos e descendentes de alemães, com algumas exceções. A população de origem germânica compreendia a assimilação linguística dos luso-brasileiros como algo normal, porém, o contrário enfrentava resistência quase intransponíveis.

Contatando com alunos que frequentaram a escola do centro da vila, ou em áreas rurais nas décadas de 20 e 30, em diferentes períodos, sobressai essa oscilação: alguns aprenderam o vernáculo na escola, outros, adquiriram um conhecimento rudimentar com os próprios professores alemães, marcados pelas suas dificuldades em um país estrangeiro, principalmente problemas de pronúncia. Em outros momentos, nem aula de português havia.

O estudante de uma escola particular rural, localizada na linha Maranei, onde lecionava o professor Ernesto Konrad, aponta que seus estudos prolongaram-se apenas até o quarto ano, sendo que não havia registro das aulas nem boletim, seguindo um calendário de mo-

delo europeu. O ensino era em alemão, com aulas de leitura em português, no livro *Minha língua*. Sua evasão ligara-se a II Guerra: como tratava-se de um professor estrangeiro, fora impedido de lecionar, além de exigir-se sua apresentação perante as autoridades cruzaltenses, por haver desrespeitado as leis de nacionalização – explicara em sala de aula um conteúdo em língua alemã, sendo que o pai de um dos alunos era comissário, e o denunciou. Viria então um novo professor brasileiro nato, de nome Raimundo Prante, ocasionando problemas de adaptação por parte dos alunos e o abandono do estudo.

Com o Estado Novo, iniciara-se uma fase de maior burocratização e controle das instituições de ensino, exigindo o seu registro junto a Secretaria de Educação –anteriormente, sequer sabia-se o número exato de escolas no estado –, a qual, a partir da análise da documentação, autorizava ou não seu funcionamento.¹⁵ Foram designados também fiscais para atuar junto às instituições consideradas suspeitas, exercendo uma vigilância preventiva. Essa nova conjuntura colocara o ensino particular de Neu-Württemberg em xeque, resultando na imposição da língua portuguesa e a demissão de quase todos os professores e sua substituição, em um espaço de tempo extremamente reduzido. Produziu, enfim, o fechamento das escolas, mudança de currículo, reprovação e evasão em massa, carência de professores, incineração e apreensão de material didático, dentre outros.

Encontram-se registros lacônicos nesse sentido. Em uma assembleia geral da Sociedade Escolar Elsenau, realizada em 30 de janeiro de 1938, ocorreu a demissão de vários professores: Hans WernerHonscha,

¹⁵ Também em fevereiro de 1940 foi regulamentada a profissão de professor, exigindo o registro profissional através do decreto-lei nº 2028 dos professores em estabelecimentos de ensino particulares. (Lei publicada na íntegra no Correio do Povo de 24/fev./1940, nº 46, p. 2 e 11; e 1º/mar./1940, nº 50, p. 2). Relativo ao registro das escolas e cursos de ensino particular, Margarida Pardelhas, Delegada Regional de Ensino, enviava uma circular para ser publicada no Correio Serrano, elaborada na reunião dos delegados de ensino, informando que: “as escolas particulares, inclusive as subordinadas municipais, poderão funcionar em templos ou recintos destinados a atividades religiosas, desde que a língua viva empregada seja o português e o ambiente seja nacional./ As escolas particulares e subvencionadas municipais devem possuir: a) Bandeira Nacional, colocada em evidência na sala de aula; b) Mapa geral do Brasil; c) livro de inspeção; d) Livro de Matrícula e de Chamada (Modelo oficial do Estado)” (CS, 10/abr./1940, n. 29, p. 1)

Ponivass e Rother, solicitaram demissão, e o professor Steiger fora aposentado por merecimento—com exceção do segundo, os outros eram alemães natos. Para substituí-los, aceitou-se o professor Gustav Kuhlmann (alemão nato), e as professoras Maria Schild, Erica Richter e Nelzi Hercker Stadem, de nacionalidade brasileira.

Todas essas manobras ao longo do ano de 1938 não evitaram o fechamento da *Stadplatzschule Elsenau*. A resistência frente às medidas de nacionalização, mantendo ainda a língua e professores alemães consistia em um dos fatores. O próprio diretor Erich Schild¹⁶ era de nacionalidade alemã (genro de Hermann Faulhaber), como Gustav Kuhlmann, administrador da *Faulhaberstiftun*. Pairava sob a escola também a suspeita de doutrinadora nazista. Todas as evidências levavam a crer nisso. O prédio novo, inaugurado em 1935, fora construído com recursos angariados na Alemanha. Na festa de inauguração, discursos em língua alemã e fortemente germanistas, retratos de Hitler e Hindenburg ao lado do retrato de Getúlio Vargas; sessão de filmes alemães. Os remanescentes afirmam que as reuniões “nazis” se realizavam nas dependências de uma sala da escola. Outras explicações emergem dos recantos mais sombrios da memória local. Havia suspeitas de que os professores alemães eram simpatizantes e até mesmo partidários do nazismo. Também que as denúncias partiram de professores nacionais vinculados a própria escola, sendo acusado o professor Ponivass, responsável pelo ensino de língua portuguesa.

Oficialmente, Nei Brito relatava sua versão a Coelho de Souza referente as medidas extremas adotadas:

Uma de nossas professoras, em Pindorama, ex-Neu-Wurtenberg, município de Cruz Alta, ao procurar tomar posse no Colégio Elsenau daquela localidade foi corrida, é o termo, pelo diretor que em sinal de protesto (os jornais publicaram o caso com grande realce) organizara um desfile de professores, alunos e população, pela praça pública, durante o qual marchavam de braço erguido, na clássica saudação do “Fuehrer” nazista. O estabelecimento foi fechado e a chefatura de policia tomou a si este caso.¹⁷

Um relatório, enviado pela Delegada de Educação de Cruz Alta, Margarida Pardelhas, ao Secretário de Educação, Coelho de Souza, em fins de 1939, salienta, detalhadamente, a sua atuação junto à população germânica de Pindorama e de seus limites. Comunicava que pelo trem daquele dia, chegaria à Secretaria uma caixa contendo “obras didáticas e literárias em Língua Alemã, apreendidas por mim durante a inspeção às escolas particulares de Pindorama (ex-Colônia New-Wurtttemberg (*sic*) neste Município”. Dava a conhecer que apreendeu também livros de música de Sociedades de Cantores e de Religião, recolhendo, outros, à Subprefeitura local. Informava da existência de dez escolas na zona rural do distrito, com uma matrícula de 370 alunos, dos quais apenas 20% dominavam o vernáculo, encontrando e apreendendo material em língua estrangeira em oito delas. Além da ação direta, afirma que costumava abordar as crianças na rua, verificando o material que carregavam, valendo-se deles para investi-

¹⁶ Nota-se que a direção da escola até 1938 sempre fora ocupada por professores vindos diretamente da Alemanha, o que referendava sua conceituação de escola alemã. Diretores: 1903 Pastor Hermann Faulhaber; 1908 Félix Weissbrodt; 1909 P. Hermann Faulhaber; 1926 Hermann Staiger; 1927 Karl Frauns; 1932 Gerhard Paschke; 1936 Hans Werner Honscha; 1938 Erich Schild; 1940 a 1944 o estabelecimento permaneceu fechado. Cf. Dietz, 1968.

¹⁷ Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. J. P. Coelho de Souza D.D. Secretário da Educação e Saúde Pública pelo Diretor da Seção Administrativa, Encarregado dos Serviços Atinentes a Nacionalização do Ensino, em 10 de fevereiro de 1939, p. 9. Instrução Pública, em , lata 524, caixa 8, maço 17, AHRS. Cabe ressaltar que nos jornais do final de 1938, tanto o Correio Serrano (Ijuí), quanto o Folha da Serra (Cruz Alta), e Correio do Povo (Porto Alegre) não consta uma linha referente a esse fato. Ver também GERTZ (2005).

gar sobre os estabelecimentos de ensino que frequentavam e os seus professores. Nessas investidas, fazia-se acompanhar pelo subdelegado. Ressalta que as crianças não sofriam nenhum constrangimento, dado sua conduta ser ditada pelas convicções e fanatismos dos adultos (PARDELHAS in COELHO DE SOUZA, 1941).

Essa confluência de evidências, aliada, talvez a uma demonstração de força por parte das autoridades policiais locais, dando a entender que tinham o controle da situação, culminaram com o fechamento do educandário. Serviria, em diferentes oportunidades, como um exemplo do que esperava os recalcitrantes que atrapalhavam a campanha de nacionalização.

O encerramento das atividades da *Stadplatzschule* foi representado como sair da escola dos “alemães” para estudar no Grupo Escolar –*descer o morro* –, o qual até então era frequentado apenas por descendentes de alemães de baixa renda e luso-brasileiros, por tratar-se de uma escola pública. A transferência para o Grupo Escolar implicava no ingresso em uma escola onde a língua vernácula imperava, cujo qual nem todos conheciam ou dominavam. Em decorrência, boa parte dos alunos regressaram para duas ou três séries anteriores, para aprender a língua portuguesa. As famílias mais orgulhosas recusaram-se a enviar seus filhos para a escola pública.

O Grupo Escolar e as escolas particulares apresentavam diferenças. No primeiro, predominavam as professoras do sexo feminino—as “professorinhas”, mencionadas inúmeras vezes por Coelho de Souza –, no segundo, os professores homens. As classes oferecidas dependiam da localização da escola –área urbana, mais séries, e na rural, até a 4ª ou 5ª. Nota-se que o grau de escolaridade dos alunos dependia muito da proximidade em que residiam da escola, da necessidade de mão-de-obra em casa, e a atividade e renda da família. A evasão escolar atingia níveis elevados, mesmo nas escolas

particulares germanizadas. De maneira geral, criticava-se muito o ensino público da época, pela falta de infraestrutura, a constante ausência dos professores, a carência de material, etc.

As relações interétnicas na colônia transcorriam de modo normal, até o acirramento da nacionalização. Existiam pequenas rivalidades, rixas no dia a dia e na escola, mas nada de maior gravidade. Ou seja, cada qual sabia o seu lugar, e enquanto não contestasse essa posição, não incorria em maiores problemas –encarava-se a supremacia germânica como normal.

Dominar, mesmo precariamente, a língua alemã em Neu-Württemberg traduzia-se quase que numa questão de sobrevivência. Por exemplo, uma aluna luso-brasileira ao sair do Grupo Escolar, estudara ainda dois anos na *Stadplatzschule*, com muito sacrifício, para aprender a língua alemã. Nesse caso como em outros, ligava-se diretamente a obtenção de um emprego, dado que a maior parte dos estabelecimentos industriais e comerciais eram controlados pelos alemães, bem como os consumidores.

Uma vez cerradas as portas da *Stadplatzschule*, iniciara-se um longo período de negociação entre os alemães/descendentes com as autoridades policiais e educacionais. Uma série de assembleias tratava sobre o seu destino. Na primeira, convocada em 22 de janeiro de 1939, transparece a situação de emergência e apreensão que havia tomado conta de seus líderes.

Em consideração da atual situação de nossa sociedade escolar, a qual de hora por hora reclama importantes decisões, a diretoria exige durante o prazo de um ano poderes ilimitados e delegatórios em defender os interesses virtuais dessa sociedade a seu critério e da maneira melhor que entender. Por sua vez, em concessão dessa medida a Diretoria declara, sob palavra de honra, que se absterá absolutamente por quaisquer interesses pessoais, e sim, tratará somente em cumprir a sua delicada

tarafa e exclusivamente a zelar bem da comunidade.

Essa proposta fora apresentada pelo presidente Otto Kepler e aprovada pelos associados após discutida, constando em ata, assinada pelo secretário Karl Klemm.¹⁸ Na assembleia subsequente, realizada em 15 de julho de 1939, com a presença de 36 sócios, resolveu-se por unanimidade a dissolução da Sociedade Escolar e ao mesmo tempo a fundação de uma sociedade de Beneficência¹⁹, revertendo à ela todos os seus bens. Além disso, todos os direitos e deveres dos sócios seriam transferidos para essa nova sociedade. Integrando a pauta da reunião, o presidente Kepler, em seu relatório, salientava que

pela intervenção do prefeito de Cruz Alta foi oferecido ao governo estadual a venda do prédio escolar, sendo o preço total 160:000 000, cujo pagamento deve ser realizado do seguinte modo: 80 contos no ato da escrituração e 80 contos depois de um ano. Numa segunda oferta, o prazo de pagamento foi prolongado de um a dois anos. Sendo realizada a venda do prédio escolar, a assembleia resolve liquidar em primeiro lugar todas as dívidas da Sociedade Escolar.²⁰

Findando o processo de negociação, a interventoria concordara na aquisição do prédio da Escola Elsenau. Em virtude disso, o prefeito de Cruz Alta, Pacífico Dias da Fonseca dirigira um telegrama ao interventor, nos seguintes termos:

Com grande satisfação constatei através imprensa metropolitana ter Vossência autorizado aquisição edifício para Grupo Escolar Pindorama. Essa resolução exalta fecunda administração Vossência e vem contribuir decisivamente patriótica campanha nacionalização ensino. Queira aceitar meus sinceros agradecimentos muito tem feito bem este Município.²¹

Nos mesmos dias, a notícia ganhara espaço na imprensa cruzaltense, apoiando integralmente a decisão oficial. (F.S. 27 ago. 1939, n. 196, p. 4). Em abril de 40, Olga AcauanGayer, diretora geral da Instrução Pública do Estado, deslocara-se até Pindorama, a fim de examinar o edifício que o governo do Estado pretendia adquirir para a instalação do Grupo Escolar (C.P. 28 abr. 1940, n. 99, p. 4). Em outro telegrama, o prefeito de Cruz Alta, em nome do município e dos habitantes de Pindorama, agradecia pela aquisição realizada pela Secretaria de Educação do prédio destinado ao funcionamento do Grupo Escolar, “o que mais uma vez pôs relevo patriótica preocupação Governo sentido tornar mais eficiente instrução e campanha nacionalização naquele próspero distrito”.²²

Com a transferência do Grupo Escolar Pindorama, ele passou a chamar-se Grupo Escolar Brasil. Em 1941 a escola seria desapropriada, mas o governo jamais a pagaria, o que facilitaria a sua devolução para a Sociedade de Beneficência em 1945.²³

¹⁸ Atas da Sociedade Escolar, D. 88 – 06.01, Pasta 7, Caixa 124, MAHP. Nesse livro de atas, um pequeno caderno, há apenas duas atas em língua portuguesa.

¹⁹ Fundara-se então a Sociedade de Beneficência de Pindorama, em 6 de julho de 1940. Enfrentaria dificuldades quanto a presença de sócios em suas reuniões desde o princípio. Pretendia-se como uma Caixa de Pecúlios, com o fim de amparar seus sócios em tempos de vida, bem como quando incapacitado de trabalhar ou caso de morte. Igualmente resolveu-se que todos os sócios da antiga Sociedade Escolar Elsenau, bem como suas esposas, seriam considerados automaticamente sócios da transformada Caixa de Pecúlios. No total, aparecem 68 sócios fundadores, distribuídos em 42 de nacionalidade brasileira e 17 de nacionalidade alemã. Salienta-se também que havia 22 industrialistas dentre eles. Entre as suas atividades, estavam as negociações para reaver o prédio da Sociedade Escolar Elsenau, e a doação do mesmo para o Sinodo Riograndense, pretendendo a instalação de uma escola evangélica. A Sociedade de Beneficência encerrou suas atividades em 6 de novembro de 1954, julgando haver cumprido os objetivos aos quais havia se proposto. A diretoria da Sociedade era assim composta: Otto Kepler, presidente; Eugênio Knorr, vice-presidente; Carlos Hiserich, 1º secretário; Oscar Schneider, 2º secretário; Adolfo Franke, 1º tesoureiro; Karl Klemm, 2º tesoureiro; conselheiros fiscais: Luiz Korndörfer, Leopoldo Hepp, Julio Horst; Conselho deliberativo: um membro presidencial da União Colonial, Associação Comercial, Caixa Rural. (Pasta 7, Caixa 124, MAHP.)

²⁰ Atas da Sociedade Escolar, D. 88 – 06.01, Pasta 7, Caixa 124, MAHP

²¹ Telegrama enviado de Cruz Alta por Pacífico Dias da Fonseca ao interventor Cordeiro de Farias, em 16/8/1939. Correspondência recebida. Maço 132, CG, AHRS.

²² Telegrama enviado por Pacífico Dias da Fonseca ao interventor Cordeiro de Farias, em 9/6/1940. Correspondência recebida. Maço 136, CG, AHRS.

²³ O estabelecimento retomou suas atividades em 1/03/1945, sob a denominação de Escola Sinodal Tobias Barreto. Em 15/10/1965 o estabelecimento passou a denominar-se Colégio Evangélico Panambi, tendo como entidade mantenedora, a partir de 1976, a Paróquia Evangélica de Panambi (Dietz, 1968).

Essas circunstâncias abalaram profundamente as poucas escolas locais que permaneceram funcionando, por estarem legalmente registradas, atendendo a legislação em vigor, como a Escola Magdalena.²⁴ Um de seus professores, Jürgen Junge, lecionando entre 1940 e 1957, escreve que viviam em constante sobressalto. “Nós, os educadores evangélicos, aprendemos a lutar pela sobrevivência das nossas escolas e famílias. A Delegacia Regional de Ensino em Cruz Alta promoveu fiscalizações severas. Policiais e militares fizeram visitas “Blitz”, pois desconfiaram de nós, sendo uns perseguidos como ‘Quinta Colunas’.” (JUNGE, 1986, p. 179-180).

O professor Junge, brasileiro nato, fora preso por um período de cinco dias, permanecendo incomunicável na delegacia de Cruz Alta, em fins de fevereiro de 1944. O motivo: escrevera um manifesto contra as medidas de nacionalização e os inspetores locais, afixando-o nas casas comerciais das famílias Dietrich e Zimmermann. A letra datilografada fora reconhecida imediatamente. O fato repercutira na comunidade escolar e, após obter sua soltura²⁵, o prefeito de Cruz Alta, Pacífico Dias da Fonseca, convocara todos os sócios da Sociedade Escolar Magdalena para uma assembleia, a fim de retirar o “quinta coluna” do educandário. O mesmo

veio até Panambi para ir até Ocearu fechar a escola. A comunidade o esperava. O velho capitão Minoly aconselha o Pacífico a ir para casa, deixar em paz, porque estava perseguindo injustamente. Os perseguidores já queriam por um outro professor, os gringos eram favoráveis ao professor. Os dois traidores não compareceram (Fritz Eckel e Eduardo Molz). A Escola não foi fechada. Fizeram

a assembleia, eu fiz a abertura da assembleia, e quem convidou para a assembleia não veio, e todos assinaram e ela foi encerrada, por falta de assunto. Foi festejada a vitória no fundo dos Zimmermann, e ninguém não podia falar em alemão (JUNGE in NEUMANN, 2000, p. 112-113).

Note-se que esse episódio registrara-se já numa fase menos agressiva da campanha de nacionalização porém, a escola perdera quase toda a sua biblioteca a, língua alemã: parte dos livros foram enterrados, de medo, pelo próprio professor e sua esposa, e uma pequena quantidade enviada para a casa de alguns alunos, mas extraviando-se também pelo mesmo motivo.

A nacionalização do ensino, em Neu-Württemberg, conseguira coibir a difusão e preservação nas escolas da língua alemã, rompendo os últimos quistos e resistências. Em uma reunião avaliativa no início do ano de 1940 com os delegados regionais de educação, Coelho de Souza dava ciência de que as matrículas, em alguns lugares, teriam aumentado cinquenta por cento sobre o ano anterior, indicando que a nova orientação começava a dar os seus primeiros frutos. Ou seja, com o fechamento das escolas particulares, seus alunos ingressaram no ensino público, eminentemente nacional (C.P. 20 mar. 1940, n. 66, p. 6). Para a concretização da campanha, foram designados três Delegados Escolares Regionais, fiscais para determinados municípios e, em casos de maior resistência, fiscais para as próprias escolas –cargos todos atribuídos a professores do Estado. Na referida reunião, estiveram presente os seguintes delegados: monsenhor Nicolau Marx, Camila Furtado Alves, Julio Ruas, Apolinario Alves dos Santos, Silvia Mello, João

²⁴ Durante a atuação do professor Fritz Krebs foi fundado e elaborado o estatuto do “Deutschs-BrasilianischerSchulverein Magdalena”, e aprovados em assembleia no dia 10 de fevereiro de 1929, passando a denominar-se Sociedade Escolar da Linha Magdalena. As questões referentes a sua legalização jurídica foram debatidas e estudadas pelo advogado Lucídio Ramos, ligado por laços de amizade com a família de João Júlio Zimmermann, comerciante local. Esses laços foram muito úteis nas negociações de nacionalização. Cf. NEUMANN (2000).

²⁵ Conseguiu sua liberação pela influência de um cunhado que prestava serviço no Exército e do advogado Dr. Depurco de Deus Vieira, de Cruz Alta.

Manoel Menna Barreto, João Aloysio Braun, Luiz Dalben (?), Margarida Pardelhas e Heitor da Graça Fernandes.

Uma das facetas da ação governamental seguia as diretrizes acima analisadas, ou seja, medidas concretas de repressão. Outra consistia em introjetar nessas populações um sentimento de brasilidade, criando um ambiente propício para isso. Segundo Coelho de Souza para reverter esse quadro, o governo rio-grandense fez uma “uma inteligente propaganda, principalmente junto aos escolares, de tudo quanto é nosso, assim despertando o amor das crianças pelo Brasil”, seja por intermédio do magistério, da Liga de Defesa Nacional, da imprensa e por todos os meios hábeis da propaganda (C.P. 10 dez. 1940, n. 288, p. 3). Junto aos professores, o órgão de doutrinação criado fora a Revista do Ensino, engajada na campanha de “reconstrução nacional” e destinada prioritariamente aos professores primários.²⁶ Todavia, a Revista não estampava as dificuldades e resistências que o professor enfrentava no seu dia a dia. Bastos comenta que seu discurso

omite, exclui e silencia todo um cotidiano de dificuldades e resistências para implementação do projeto político-pedagógico estadonovista. Não é, por exemplo, veiculada a resistência dos professores, principalmente daqueles que atuavam nas comunidades coloniais como agentes do Estado – professorinhas da nacionalização – assim como daqueles que sofreram a intervenção do governo em suas escolas. O discurso homogeneizador silencia os conflitos pela imposição de uma atitude centralizadora, uniformizadora, em nome de uma postulada harmonia (BASTOS, 1994a, p. 403-404).

Nessa trajetória, arbitrariedades e situações delicadas não faltariam. Merece destaque uma notícia publicada em março de 1942 no jornal Correio do Povo, cuja reportagem referia-se a uma professora de um colégio de Cachoeira, acusada de partidária do nazismo, tentando incutir esse ideário nos seus alunos. Após várias idas e vindas, Cordeiro de Farias referendava o caso, argumentando que ele não precisava ter saído do âmbito da Secretaria de Educação, por sua simplicidade. Optara pela transferência da referida professora para outra escola, encerrando o inquérito ali mesmo, por haver dúvidas sobre a veracidade dos fatos (C.P. 25 mar. 1942, n. 71, p. 5; C.P. 12 jun. 1942, n. 135, p. 2).²⁷

Mesmo a campanha de nacionalização tomando rumos diversos, o Secretário de Educação reafirmava que não houvera “destruição”, e sim “integração”, aproveitando o que havia de melhor no ensino privado. Exemplificava que das duas mil e quinhentas escolas “desnacionalizadas”, fecharam-se apenas noventa e cinco e, dessas, várias já estariam reabertas, com a mudança de sua antiga direção e orientação. O problema, na sua visão, residia nos núcleos germânicos – os italianos já estariam nacionalizados. Portanto, Coelho de Souza, com o apoio incondicional de Cordeiro de Farias, conseguiram desmobilizar o sistema de educação particular, substituindo-o pela rede de ensino público, eminentemente nacional, considerando a campanha de nacionalização um sucesso e um modelo para o restante do país. Os núcleos nacionalizados, como Neu-Württemberg, viram sua estrutura educacional prejudicada, e uma acentuada evasão de alunos.

²⁶ Revista do Ensino, editada no Rio Grande do Sul de 1939 a 1942, destinada prioritariamente ao professor primário. Fora criada por iniciativa de um grupo de professores da Universidade de Porto Alegre, articulada à Secretaria de Educação e Saúde Pública/RS – Divisão Geral de Instrução Pública. “A Revista do Ensino, pretendendo promover a interlocução entre o Estado e o magistério rio-grandense, veicula as ideias postuladas pelo Estado Novo, de “reconstrução nacional” e “renovação educacional”. Falando do professor para o professor, a Revista do Ensino o mobiliza como agente da política do Estado, pela sacralização da sua função docente” (BASTOS, 1994b, p. 141).

²⁷ As duas reportagens apresentavam ares de escândalo, sem buscar maiores provas. Informava que em Cachoeira, “Vários alunos da Escola Complementar João Neves da Fontoura, desta cidade, resolveram deixar de assistir às aulas da professora Ermelinda Schenkel, que rege a cadeira de História do Brasil e da Civilização no mesmo estabelecimento. Motivou esse gesto o ato de a professora Ermelinda ser apontada como elemento simpatizante do nazismo tenha nascido no Brasil, aproveitando-se de seu cargo para fazer propaganda do nacional-socialismo junto às suas discípulas.” Concluiu exibindo a ata com a assinatura das alunas. (C.P. 25/mar./1942, n. 71, p. 5)

Referências bibliográficas

- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade: Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BASTOS, Maria Helena Camara. *O novo e o nacional em Revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)*. São Paulo: USP, 1994a. (Tese de doutorado em História e Filosofia da Educação).
- BASTOS, Maria Helena Camara. Professorinhas da nacionalização: a representação do professor rio-grandense na Revista do Ensino: 1939-1942. *Em Aberto*, Brasília, nº 61, jan-mar, 1994b, p. 135-143.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In. PANDOLFI, Dulce Chaves (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 137-166.
- CAMARA, Aristides de Lima. NEIVA, Arthur Hehl. Colonizações nipônica e germânica no sul do Brasil. *Revista de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro : [s.e.] Ano II, n. 1, janeiro de 1941.
- DIETZ, Roberto Eugênio. *Colégio Evangélico Panambi. 65 anos de atividades de ensino particular. 1903-1968*. Panambi: s.ed., 1968.
- GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo/UPF, 2005.
- GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JUNGE, Jürgen G. A formação das Comunidades Evangélicas no Vale do Ijuí Grande. *Simpósio de História da Igreja*. São Leopoldo: Rotermund S.A./Editora Sinodal, 1986. p. 175-182.
- NEUMANN, Rosane Marcia. *“Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”*. As colônias germânicas e a Campanha de Nacionalização. São Leopoldo: UNISINOS, 2003. Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UNISINOS, 2003.
- NEUMANN, Rosane Marcia. *A colonização alemã na Linha Ocearu no final do século XIX*. Ijuí: Unijuí, 2000 (Monografia de Conclusão de Curso –Licenciatura Plena em História). Digitado.
- PAIVA, Cesar. Escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul, o nazismo e a política de nacionalização. vol. 9, n. 26 (abr. 1987), p. 5-28. *Educação e Sociedade*. Campinas
- PAULO, Heloisa Helena de Jesus. O dip e a juventude: ideologia e propaganda estatal (1939/1945). vol.7, n.14 (mar./ago. 1987), p. 99-113. *Revista Brasileira de História*. São Paulo.
- PETRY, Andrea Helena. *“É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno coeso e forte, o Brasil do brasileiro!...”*: campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo. São Leopoldo: UNISINOS, 2003 (dissertação de mestrado em História).
- PETRY, Andrea Helena; e NEUMANN, Rosane Marcia. Imigrantes alemães e seus descendentes no contexto da campanha de nacionalização. In: ARENDT, Isabel Cristina; e WITT, Marcos Antônio (orgs.). *História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo: OIKOS, 2005, p. 32-54.
- QUADROS, Claudemir de. (Org.). *Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil*. Santa Maria: UFSM, 2014.
- SOUZA, J. P. Coelho de. *Denúncia: o Nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto Alegre: Editora Thurmman, 1941.
- WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Brasileira, 1940.
- WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: UFRGS. IFCH, n. 14, p. 177-204, nov. 2000.

Jornais

Álbum de recortes de jornais de Minoly Gomes de Amorim, 1906-1923, Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann (MAHP), Panambi.

Correio do Povo (CP), 1939-1943, Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros, São Leopoldo; Museu de Comunicação Hipólito da Costa, Porto Alegre.

Correio Serrano (CS), 1945-1930, 1917, Coleção Família Löw, Museu Antropológico Diretor Pestana, Ijuí.

Diário de Notícias (DN), avulsos 1939-1943.

Diário Serrano (DS), 1939-1943, Coleção Diário Serrano, Cruz Alta.

Folha da Serra (FS), 1939-1943, Coleção Diário Serrano, Cruz Alta.

Arquivos

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRG), Porto Alegre.

Museu e Arquivo Histórico de Panambi (MAHP), Panambi.

Museu e Arquivo Histórico Diretor Pestana (MAHDP), Ijuí.

Submissão: 14/11/2015

Aceite: 08/02/2016